

LEI N.º 614, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE - MG  
Publicado no Quadro de Publicações da Prefeitura e/ou  
na Rede Mundial de Computadores (Internet), na  
forma da Lei Orgânica Municipal e da legislação vigente.

Em 13 / 12 / 2018  
  
SERVIDOR RESPONSÁVEL

Revisa o vencimento básico dos servidores da  
Câmara Municipal de Cabeceira Grande, Estado  
de Minas Gerais e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CABECEIRA GRANDE**, Estado de  
Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso III, da Lei Orgânica  
do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Cabeceira Grande decreta e ele, em seu  
nome, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revisado, a partir de 1º de janeiro de 2019, o vencimento básico  
dos servidores da Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no inciso X do  
artigo 37 da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 422, de 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º A revisão de que trata o artigo 1º desta lei corresponde ao somatório  
acumulado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA,  
apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativo ao período de  
janeiro de 2018 a dezembro de 2018.

Parágrafo único. O percentual correspondente à revisão de que trata esta lei  
será totalizado e devidamente estabelecido mediante portaria expedida pelo Presidente da  
Câmara Municipal, tão logo seja divulgado, oficialmente, pelo IBGE, o índice do IPCA  
relativo ao mês de dezembro de 2018.

Art. 4º Após a aplicação do índice de recomposição de que trata esta lei, o  
vencimento básico do servidor que permanecer inferior ao piso especificado no inciso I do  
artigo 3º da Lei nº 422, de 28 de fevereiro de 2014 (redação dada pela Lei nº 438, de 17 de  
setembro de 2014), será elevado, automaticamente, ao respectivo piso.


Art. 5º Os valores resultantes da aplicação do índice de revisão de que trata  
esta lei serão arredondados para o inteiro imediatamente inferior ou superior correspondente  
à fração menor ou maior do que R\$ 0,50 (cinquenta centavos).

Art. 6º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a atualizar, por meio  
de portaria, pelo índice de que trata o artigo 2º desta lei, as tabelas de vencimento dos cargos  
efetivos e dos cargos comissionados de seu quadro de pessoal e ainda os valores das funções  
gratificadas.

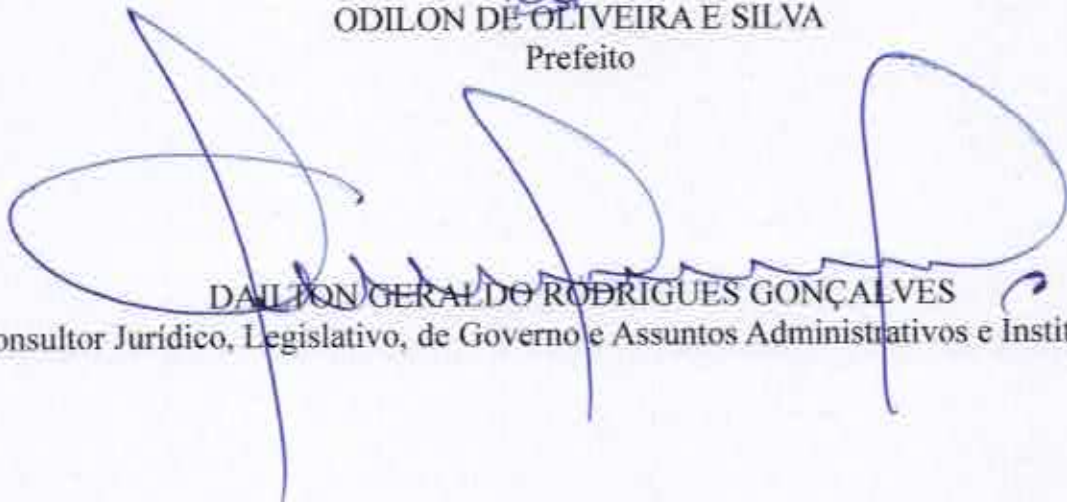
(Fls. 2 da Lei n.º 614, de 13/12/2018)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019.

Cabeceira Grande, 13 de dezembro de 2018; 22º da Instalação do Município.



**ODILON DE OLIVEIRA E SILVA**  
Prefeito



**DAILTON GERALDO RODRIGUES GONÇALVES**  
Consultor Jurídico, Legislativo, de Governo e Assuntos Administrativos e Institucionais.